I Grupo Parlamentar I

Bloco exige explicações sobre contrato de 198 mil euros para "consultor do secretário regional da Saúde"

O Bloco de Esquerda quer explicações do Governo sobre o contrato no valor de 198 mil euros destinado a serviços de assessoria com a empresa ATLIMEDS, cujo único trabalhador é o próprio gerente, que é também sócio maioritário e que se apresenta publicamente como "consultor do secretário regional da Saúde" e como "coordenador do Plano Regional de Saúde". O contrato, assinado em dezembro de 2022, equivale a um rendimento mensal de 5.500 euros durante três anos, podendo constituir uma forma de contornar as regras e os limites que a lei impõe às nomeações para os gabinetes dos membros do governo regional.

O Bloco de Esquerda quer conhecer todos os detalhes do concurso público que levou à assinatura deste contrato, nomeadamente o caderno de encargos e que outras empresas apresentaram proposta, e enviou hoje um requerimento ao Governo com este objetivo.

É importante referir que antes da assinatura deste contrato de 198 mil euros foram celebrados outros dois contratos por ajuste direto com a mesma empresa – ou seja, envolvendo a mesma pessoa – um no valor de 23.520 euros e outro no valor de 74.715 euros – neste caso um valor muito próximo do limite legal para ajuste direto – ambos já com o atual governo em funções.

Sobre estes dois contratos o Bloco de Esquerda quer também mais detalhes, nomeadamente cópia da carta convite enviada à ATLIMEDS e a lista das outras empresas que foram convidadas a apresentar uma proposta, no cumprimento dos procedimentos legais exigidos para um ajuste direto.

Apesar de, legalmente, o contrato em vigor ter sido celebrado com a empresa ATLIMEDS, o seu gestor não só se apresenta publicamente como "consultor do secretário regional da Saúde" e "coordenador do Plano Regional de Saúde", como – sabe o Bloco – tem um endereço de correio eletrónico no seu nome com o domínio do Governo Regional dos Açores.

O contrato em vigor refere a prestação de serviço de assessoria presencial de 120 horas por mês e prevê que os custos com deslocações e estadias no âmbito da prestação dos serviços contratados são pagos pela secretaria regional da Saúde e não estão incluídos nos 198 mil euros do contrato.

Mais uma vez, tudo aponta para condições que são normalmente associadas ao trabalho de um assessor de gabinete de um membro do governo, à exceção do salário, que é de 5.500 euros mensais. Ou seja, superior ao do próprio secretário regional da Saúde e ao nível do presidente do Governo Regional dos Açores.

No jornal Diário Insular de ontem, o próprio secretário regional da Saúde assumia que o sócio maioritário da ATLIMEDS é o gerente e único colaborador da empresa. Uma informação que é confirmada também pelos documentos com as demonstrações financeiras da empresa.

Todas estas informações levantam muitas dúvidas que têm que ser esclarecidas pelo Governo Regional.

11 de janeiro de 2023